



Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do exercício de 2017

- I. Em cumprimento das disposições estatutárias, designadamente do disposto na alínea b) do art. 51.º do Estatuto da AME, vem o Conselho Fiscal da AME emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- II. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo efetuado reuniões periódicas e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes, tendo-se apoiado no trabalho desenvolvido e documentos emitidos pela Direcção. Para o efeito, esta prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
- III. Apreciados os documentos referidos, assim como o relatório da Auditoria, o Conselho Fiscal considera as contas conformes.
- IV. O Conselho Fiscal quer salientar que relativamente ao ano transato houve:
 1. Receitas
 - Voltou a verificar-se uma estabilização da quotização
 - Aumento de outros rendimentos em € 10.200 (17%) (donativos, etc.)
 - Aumento do justo valor em € 9.750 (valor de mercado de fundos de participação)
 - Aumento de juros e rendimentos similares em € 3.000
 2. Despesas
 - Um aumento reduzido do fornecimento e serviços de terceiros (€ 795) (0,9%)
 - Aumento com os custos de pessoal em € 1 507 (2,2%)
 - Aumento na rubrica de outros gastos de € 10.870 € (28,1%) (dos quais subsídios concedidos + 21%)

que, em conjunto com as restantes rubricas, conduziu a uma melhoria do resultado líquido para € 13.675,56 (88%)

PARECER:

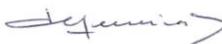
O Conselho Fiscal, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório e Contas de 2017, tal como foram apresentados pela Direcção
- b) A aplicação do resultado proposta pela Direcção de integração na rubrica de "resultados transitados".

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece à Direcção, e aos colaboradores da AME, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 14 de Março de 2018

O Conselho Fiscal,



António Albano Liberal Ferreira (Presidente)

Paulo Lopes Reis (Vice-Presidente)



Paulo Camargo de Sousa Eiró (Secretário)